

Sobre a consciência feliz¹

About the happy consciousness

GIOVANE RODRIGUES JARDIM²

Resumo: A partir da organização em forma de um verbete, propõe-se pensar o conceito de consciência feliz na perspectiva de uma patologia social. E desta forma, trata-se de uma formulação que possibilita compreender e enfrentar o atual retorno de movimentos totalitários e de justificação e minimização do sofrimento humano, sobretudo, pela associação entre vida e produção, liberdade e repressão. Importa, assim, pensar a consciência feliz como uma patologia social que impossibilita a autonomia e a autorealização nas relações de reconhecimento, bem como, de enfraquecimento das condições de resistência frente as novas experiências de desrespeito.

Palavras-chave: Consciência Infeliz. Experiência. Teoria Crítica.

Abstract: From the organization in the form of an entry, it is proposed to think about the concept of happy consciousness from the perspective of a social pathology. And in this way, it is a formulation that makes it possible to understand and face the current return of totalitarian movements and the justification and minimization of human suffering, above all, through the association between life and production, freedom and repression. It is therefore important to think of happy consciousness as a social pathology that makes autonomy and self-realization in relationships of recognition impossible, as well as weakening the conditions of resistance in the face of new experiences of disrespect.

Key-words: Unhappy Conscience. Experience. Critical Theory.

Introdução

As próprias forças que tornaram a sociedade capaz de amenizar a luta pela existência serviram para reprimir nos indivíduos a necessidade de tal libertação. (MARCUSE, 1999. p.9)

A necessidade de compreender a adesão a regimes totalitários por um lado, e a suspeita de um mal-estar da civilização por outro, possibilitou a primeira geração da

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

E-mail: giovane.jardim@erechim.ifrs.edu.br

Teoria Crítica da Sociedade um olhar interdisciplinar mais universalista para a questão de uma repressão não necessária para a vida em sociedade do que fizeram, por sua vez, Hegel, Marx e Nietzsche. Embora o diagnóstico de não autonomia permaneça por vezes ainda relacionados a questões de ordem economia e ou de modos de produção, está presente a identificação de que a totalidade estabelecida, também enquanto racionalidade, não possibilita a fluidez e o desenvolvimento das condições e possibilidades humanas. É nesse sentido que podemos entender a consciência feliz como a ideologia da sociedade industrial avançada onde não há espaço para o pensar e o agir, pois não são possíveis a singularidade e a pluralidade humana.

No Brasil há um crescente retorno de discursos de minimização do sofrimento humano e de justificação da repressão pela falácia da escassez de recursos, que faz contratante um país que é um dos maiores produtores de commodities agrícolas por um lado, e em que a cada dia por outro lado, cresça o número em sua população de pessoas em situação de miséria e fome. Justificativas estas que procuram também manter a luta contra a natureza e o avanço da produção para novas áreas e desta forma, promovendo a degradação e o desmatamento, sobretudo da Floresta Amazônica e de sua biodiversidade. Estes interesses individuais e de grupos específicos são transpostos para o âmbito público pelo domínio, ou o ofuscamento, da política como espaço para o discurso e a ação no mundo. Dominam os meios de comunicação de massa com propagandas e informações que estão baseadas na noção de progresso enquanto desenvolvimento somente dos meios de produção, e não da qualidade da vida e da dignidade humana. Nesse sentido, parece haver uma incapacidade para experiências formativas, ou seja, uma consciência feliz que não permite que as pessoas reajam a este modelo e as alternativas para uma realidade qualitativamente melhor. E ainda, esta incapacidade de se colocar no lugar do outro em uma perspectiva alargada, tem possibilitado a adesão de cada vez maior a movimentos totalitários e, que através de pautas religiosas e com ênfase em costumes, amparam discursos de ódio e de intolerância. Há assim uma situação de ataque a pluralidade humana, um domínio da singularidade a partir de estereótipos e de modelos prontos de pensamento. É nesse contexto, inclusive de ataques a democracia, de oposição à ciência, de não aceitação do sufrágio universal, etc., que a

elaboração de Herbert Marcuse (1898-1979) se demonstra atual e pode contribuir para a compreensão deste momento histórico e para o seu possível enfrentamento.

Nesse trabalho importa delinear o conceito de consciência feliz (happy consciousness) cunhado por Marcuse na obra *O homem Unidimensional* (1964/2015), e que designa uma atrofia dos órgãos mentais que impede a percepção de contradições e alternativas, como uma patologia social nos termos de Axel Honneth (1949-) na obra *La sociedad del desprecio* (2011). A consciência feliz pode assim ser pensada como uma patologia social que impossibilita a autonomia e a autorealização nas relações de reconhecimento, bem como, de enfraquecimento das condições de resistência frente as novas experiências de desrespeito.

1. Etimologia

Consciência (em latim: conscientia; em grego: ODveíôricHÇ) é um dos termos mais referidos no pensamento contemporâneo nas mais diversas áreas do conhecimento científico, por vezes empregada como se fosse o próprio sistema consciente, ou ainda como sinônima de moralidade e de conhecimento. Etimologicamente, deriva do termo latino *consciens*, que enquanto participio presente pode ser entendido como estar ciente, ou ainda, da junção das palavras latinas *consciens* (que sabe o que deve fazer) e *sciens* (conhecimento que deriva da leitura, estudo, pesquisa). Como um conceito não linear e múltiplo, a consciência tem sido objeto de estudo da psicologia, da sociologia, da medicina e, talvez hoje ainda mais, da neurociência, mas não menos do campo das reflexões filosóficas que procuram entender a ação humana e o exercício de suas condições e possibilidades. Nesse sentido, seja na filosofia clássica grega, seja na filosofia moderna e contemporânea, muito se há cercado sobre sua compreensão, como podem exemplificar os esforços da Teoria Crítica da Sociedade.

O dicionário Michaelis da Língua Portuguesa (2022), no verbete consciência, apresenta dezesseis associações ao termo; dentre estas há significados filosóficos, psicológicos, sociológicos, da medicina e mesmo de linguagem figurada. O respectivo dicionário ainda lista uma série de expressões correlacionadas, das quais algumas são:

Consciência anestésica; Consciência coletiva; Consciência crítica;
Consciência de classe, Consciência de si; Consciência infeliz;

Consciência linguística; Consciência moral; Consciência pesada; Consciência psicológica; Consciência reflexiva; alargar a consciência; Boa consciência (MICHAELIS, 2022, n.p.).

Essas expressões, dentre outras, exemplificam não só a utilização e a referência ao termo consciência, mas sobretudo as diversas mutações que ele caracteriza a partir e para além de sua origem etimológica. E, se por um lado, o termo remete-nos a uma perspectiva de condição de processos mentais físicos, sensoriais e perspectivados do sistema neurônico de percepção e relação com o mundo exterior, por outro, há uma dimensão de possibilidade para o discernimento entre o bem e o mal, o certo e o errado. Parece haver assim, na expectativa de boa parte dos empregos do termo consciência, uma ligação entre essa condição e sua possibilidade, ou seja, uma associação entre o perfeito funcionamento neuronal, a faculdade do juízo, e por consequência a escolha do bem (ou bom) e do certo, o que poderia nomear-se de uma tendência ao intelectualismo moral.

O Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano (2007, p. 185) apresenta duas concepções sobre o termo consciência que nos permitem uma visualização mais sucinta deste universo mais amplo de seu emprego, a saber: a) “a possibilidade de dar atenção aos próprios modos de ser e às próprias ações, bem como de exprimi-los com a linguagem”; b) “uma relação da alma consigo mesma, de uma relação intrínseca ao homem, ‘interior’ ou ‘espiritual’, pela qual ele pode conhecer-se de modo imediato e privilegiado e por isso julgar-se de forma segura e infalível”. A primeira concepção estaria mais relacionada ao emprego pela filosofia clássica grega, com Platão e Aristóteles, e a segunda, como reconhecido da realidade privilegiada da interioridade espiritual, conforme aparece na filosofia moderna e contemporânea. Na língua inglesa correspondem, respectivamente, aos termos: a) Awareness (conhecimento) e; b) Consciousness (consciência teórica; consciência moral). O Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano (2007) traz ainda os verbetes consciência em geral (Bewusstsein überhaupt) como empregada por Kant e na filosofia contemporânea em uma perspectiva diversa de consciência clara e distinta, ou reflexiva, e consciência infeliz (Unglückliches Bewusstsein) que nos termos hegelianos apresenta a consciência “pacificada” ou “feliz” como aquela que se reconheceu como totalidade da realidade.

Para nos acercarmos mais especificamente ao conceito de “consciência feliz” tal como nos propomos, importa situar alguns pensadores a partir dos quais ele pode ser pensado e cuja elaboração contribui para o seu entendimento no âmbito de uma patologia social tal qual delineada por Axel Honneth (2011), na obra *La sociedad del desprecio*, como impossibilidade para a autonomia e a autorrealização nas relações de reconhecimento. São eles: Freud, Nietzsche, Marx e Hegel (propositalmente colocados em ordem cronológica inversa).

Ao descrever a tríade do aparelho psíquico como ID, EGO e SUPEREGO, Freud admite a possibilidade de associação da consciência com o SUPEREGO (Überich), ou seja, interliga moralidade e sociabilidade. Dessa forma, na metapsicologia presente em o *Mal-Estar da Civilização*, Freud (1974) associa a consciência e o sentimento de culpa como princípio de realidade. Nas palavras de Freud (2010, p. 54):

Chamamos a esse estado “má consciência”, mas na realidade ele não merece esse nome, pois nesse estágio a consciência de culpa não passa claramente de medo da perda do amor, medo “social”. Na criança pequena não pode ser outra coisa, mas em muitos adultos também não há diferença, exceto que o lugar do pai, ou de ambos os pais, é tomado pela grande sociedade humana. Daí eles habitualmente se permitem realizar o mal que lhes for agradável, se tiverem certeza de que a autoridade não saberá ou nada poderá fazer contra eles; seu medo é apenas o de serem descobertos. É com esse estado que a sociedade de hoje deve geralmente contar.

A má consciência em Freud, ou seja, o conceito de culpa não é apenas do desenvolvimento ontogenético do indivíduo, mas também do desenvolvimento filogenético da sociedade. Nesse sentido, é a partir do princípio de realidade estabelecido que a consciência e o sentimento de culpa operam, e não o contrário. Isso significa o sentimento de culpa opera como uma forma de “má consciência”, ou seja, como uma não consciência ao apaziguar a contradição presente entre a promessa e o adiamento da realização individual pela renúncia para a vida em sociedade que pode ser pensada como “mais-repressão”.

Nietzsche (2009), em *Genealogia da Moral*, nomeia como “má consciência” (*schlechtes Gewissen*) essa introjeção da culpa como consciência, autocensura, como uma profunda doença que o homem contraiu. Nas palavras de Nietzsche (2009, §16):

Neste ponto já não posso me furtar a oferecer uma primeira, provisória expressão da minha hipótese sobre a origem da ‘má

consciência': não é fácil apresentá-la, e ela necessita ser longamente pensada, pesada, ponderada. Vejo a má consciência como a profunda doença que o homem teve de contrair sob a pressão da mais radical das mudanças que viveu – a mudança que sobreveio quanto ele se viu definitivamente encerrado no âmbito da sociedade e da paz.

Nesse sentido, o sentimento de culpa ampara a negação dos instintos vitais a partir da aceitação da repressão. E é nesse sentido, que Marcuse aponta que Nietzsche percebeu a relação entre a memória e o princípio da moralidade, de forma que ao invés de memória do prazer e das realizações possíveis, ela foi treinada para a recordação de deveres. A crítica da moralidade política em Nietzsche revela que a “memória foi associada à má consciência, à culpa e ao pecado”. A má consciência é assim a introjeção do princípio de desempenho, é a repressão do próprio instinto de liberdade, e por isso um rebaixamento do homem. Nietzsche (2009, §17) destaca que “Esse instinto de liberdade reprimido, recuado, encarcerado no íntimo, por fim capaz de desafogar-se somente em si mesmo: isto, apenas isto, foi em seus começos a má consciência”.

Marx já havia apontado para a consciência como um produto social. Em *Ideologia Alemã*, de Marx e Engels (2007), encontramos a consciência no campo da sociabilidade e da realidade concreta, mas também da possibilidade de sua alienação, ou seja, como “falsa consciência”. Nesse sentido, para Marx quando não há objetividade humana e há o alheamento do produto do trabalho, fetichização e alienação, a ideologia é uma “falsa consciência” da realidade. A alienação refere-se a uma consciência que não se reconhece no mundo e não reconhece o mundo como uma realidade alheia à consciência. Nesse sentido, lemos em Marx e Engels (2007, p.93) que:

A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico.

A “má consciência” associada ao sentimento de culpa do modo central da tradição cristã, conforme delineou Nietzsche, “má consciência” no âmbito de consciência de culpa como medo social também para Freud, falsa consciência da realidade para Marx, foi retomada por Herbert Marcuse (1999) em *Eros e Civilização*

nos termos hegelianos de “consciência infeliz”, agora novamente, “consciência feliz” não como uma má consciência, mas como a própria perda da consciência. Nas palavras de Marcuse (1999, p. 85):

O Superego, ao censurar o inconsciente e ao implantar a consciência, também censura o censor porque a consciência desenvolvida registra o mau ato proibido não apenas no indivíduo, mas também em sua sociedade. Inversamente, a perda da consciência em razão das liberdades satisfatórias concedidas por uma sociedade sem liberdade favorece uma consciência feliz que facilita a aceitação dos malefícios dessa sociedade. É o indício de autonomia e compreensão em declínio. A sublimação exige um alto grau de autonomia e compreensão; é a mediação entre o consciente e o inconsciente, entre os processos primários e secundários, entre o intelecto e o instinto, a renúncia e a rebelião. Em suas mais realizadas formas, tais como na obra artística, a sublimação se torna a força cognitiva que derrota a supressão enquanto se inclina diante dela.

Hegel (2002), na Fenomenologia do Espírito, inseriu o conceito de consciência infeliz (Unglückliches Bewusstsein) a partir da abordagem da consciência em dois planos; o primeiro da consciência de si – cisão do eu nele mesmo; e segundo no plano histórico, na passagem do cidadão antigo ao despotismo romano, do paganismo ao cristianismo. Para Hegel, a consciência do cidadão grego era uma consciência feliz, mas ingênua, pois se tratava da identificação imediata com o todo, negação da singularidade; a consciência infeliz, do súdito cristão, por sua vez, reúne o simples pensar e a singularidade.

Nas palavras de Theodor Adorno (2009, p. 173):

A consciência infeliz não é nenhuma veleidade cega do espírito, mas lhe é inerente, a única dignidade autêntica que ele recebeu na separação do corpo vivo. Ela o lembra, negativamente, de seu aspecto corpóreo; por si só, o fato de ele ser capaz disso já lhe confere alguma esperança”. O mais mínimo rastro de sofrimento sem sentido no mundo experimentado infringe um desmentido a toda a filosofia da identidade que gostaria de desviar a consciência da experiência: "Enquanto ainda houver um mendigo, ainda haverá mito"; é por isso que a filosofia da identidade é, enquanto pensamento, mitologia. (ADORNO, 2009, p.173)

O conceito de consciência infeliz está no cerne da elaboração de Hegel, e assim aparece como “o destino trágico da certeza de si mesmo, que deve ser em si e para si. É a consciência da perda de toda a essencialidade nessa certeza de si; e justamente da

perda desse saber de si – da substância como do Si” (HEGEL, 2002, p. 504, §753). Assim, se consciência infeliz segundo presente na Fenomenologia do Espírito de Hegel refere-se a uma consciência contraditória, não unidimensional, que mantém a tensão entre o particular e a totalidade, o sofrimento infligido pela vida em sociedade nos termos da metapsicologia de Freud, a consciência feliz para Marcuse trata-se de um apaziguamento dessa infelicidade como reforço de adesão ao todo.

2. Topologia

Embora seja Hegel que na Fenomenologia do Espírito ao caracterizar a consciência infeliz insinue que a anterior seria feliz, ou seja que a consciência do cidadão grego era ingênua e de identificação com o todo e não possibilidade da singularidade, não encontramos referência ao termo consciência feliz em sua obra. Em Marx, Nietzsche e Freud defrontamo-nos com a utilização de outros termos que podem, ou não, serem pensados em analogia ao de consciência feliz, ou melhor, em sua preparação. Mas “má consciência” de Nietzsche e Freud resguarda mais o caráter crítico de Hegel a consciência infeliz como a questão da culpa do que o caráter de contradição e de não ingenuidade também presente em Hegel. Marx e Engels, por sua vez, com “falsa consciência” aproximam-se mais especificamente ao sentido de impossibilidade de experiência entre o sujeito e o objeto pela presença de uma camada estereotipada. Nas palavras de Marcuse (2015, p.103) a consciência feliz:

Ela reflete a crença em que o real seja racional e em que o sistema estabelecido a despeito de tudo entrega as mercadorias. As pessoas são levadas a ver no aparato produtivo o agente eficaz de pensamento e ação ao qual se devem render seu pensamento e ação pessoais. E, nessa transferência, o aparato também assume o papel de agente moral. A consciência é absolvida por espoliação, pela necessidade geral de coisas. (MARCUSE, 2015, p.103)

Enfim, o termo “consciência feliz” (happy consciousness) foi cunhado por Herbert Marcuse (2015), na obra *O homem Unidimensional* e designa uma atrofia dos órgãos mentais que impede a percepção de contradições e alternativas. Para Marcuse (2015, p. 100), “a perda de consciência devido às liberdades satisfatórias concedidas por uma sociedade não livre torna para uma consciência feliz que facilite a aceitação dos erros desta sociedade”. Esta incapacidade para o pensar e o agir no mundo que é descrita como a ideologia da sociedade industrial está no horizonte que interliga a

elaboração de Marcuse desde a obra Razão e Revolução e Eros e Civilização, de forma que a expressão consciência feliz o que antes permanecia como “boa consciência em face do sofrimento e da culpa”. O passo além com o emprego de consciência feliz é tratar da compreensão de uma patologia social, ou seja, não como uma consciência alienada, mas como uma incapacidade para a consciência e desta forma, para a diferenciação frente ao todo. Em contraponto, toda a consciência deve ser infeliz.

3. Sintomas e manifestações sociais

Axel Honneth (2011, p. 76) ao delinear a tradição e a atualidade da filosofia social e da preocupação desta com as patologias sociais, ou seja, com a “*identificación y discusión de aquellos procesos de desarrollo de la sociedad que se pueden entender como desarrollos deficientes o perturbaciones*”, embora com críticas e ressalvas, destaca o empenho da primeira geração da Teoria Crítica da Sociedade com o diagnóstico filosófico-social da época, e seu caráter antropológico nas primeiras décadas do século XX. E ainda discute a coincidência entre Marcuse e Adorno, no final dos anos 60 e início dos anos 70, de que o processo social de destruição de autonomia individual poderia fazer obsoleta a representação psicanalítica de um conflito intrapsíquico entre as exigências pulsionais e o princípio de realidade.

A necessidade de compreender a adesão a regimes totalitários por um lado, e a suspeita de um mal-estar da civilização por outro, possibilitou à primeira geração da Teoria Crítica um olhar interdisciplinar mais universalista para a questão de uma repressão não necessária para a vida em sociedade do que fizeram, por sua vez, Hegel, Marx e Nietzsche. Embora o diagnóstico de não autonomia permaneça por vezes ainda relacionados a questões de ordem economia e ou de modos de produção, está presente a identificação de que a totalidade estabelecida, também enquanto racionalidade, não possibilita a fluidez e o desenvolvimento das condições e possibilidades humanas. É nesse sentido que podemos entender a consciência feliz como a ideologia da sociedade industrial avançada na qual não há espaço para a ação e o pensar, pois, nas palavras de Marcuse (2015, p. 103), “as pessoas são levadas a ver no aparato produtivo o agente eficaz de pensamento e ação ao qual se devem render seu pensamento e ação pessoais”.

Marcuse (1999), na obra *Eros e Civilização*, analisa a contribuição de Freud (1974) em *O mal-estar da Civilização* para pensar na possibilidade de uma sociedade não repressiva. Dessa forma, para Marcuse, a sociedade pode compensar os indivíduos pelos sacrifícios exigidos para a vida social e, assim, ele desenvolve em perspectiva ontogenética e filogenética a elasticidade orgânica (resiliência), a qual possibilita por novas experiências um retorno neuronal a uma situação não repressiva. Surge nesse percurso o diagnóstico da mais-repressão, ou seja, de uma repressão criada e mantida artificialmente – por novas necessidades – para garantir a realidade estabelecida e para adiar a realização das potencialidades e o desenvolvimento do humano.

A consciência infeliz é a consciência dessa não realização, dessa promessa não efetivada, e mesmo desse adiamento pela criação e satisfação de novas necessidades, pois mesmo a dessublimação repressiva é censura e registro da censura, uma vez que depende de grande grau de autonomia e de compreensão. Já a consciência feliz é dessublimação desfreada, resulta da perda de consciência. No âmbito da sociedade, a consciência infeliz e a consciência feliz são como que dois resultados, um da consciência e o outro da perda da consciência. Essa “infelicidade” é atenuada por liberdades satisfatórias, e é nesse sentido que podemos entender as palavras de Marcuse (1999, p. 13) no Prefácio Político de 1966 à segunda edição de *Eros e Civilização*, de que “as próprias forças que tornaram a sociedade capaz de amenizar a luta pela existência serviram para reprimir nos indivíduos a necessidade de tal libertação”. Mas importa destacar que o domínio ou a manipulação dessa infelicidade trata-se de uma espécie de cura do indivíduo infeliz o que, entretanto, ao mesmo tempo que serve para vigor e coesão social enquanto consciência feliz, inversamente, pode vir a ser motor para mobilização política, uma vez que a autonomia e a compreensão sejam restabelecidas por experiências de respeito mútuo.

A consciência feliz aparece como o resultado de uma dessublimação institucionalizada, da sociedade unidimensional, como redução ou absorção no âmbito da política, da cultura e na esfera instintiva das diferenças qualitativas, da oposição, das contradições. Assim, a “consciência é absorvida por espoliação, pela necessidade geral de coisas” (MARCUSE, 2015, p. 103). Nesse sentido, já havia afirmado Marcuse (1999, p. 58) que a “autoridade social é absorvida na consciência e no inconsciente do indivíduo, operando como seu próprio desejo, sua moralidade e

satisfação”. A consciência feliz é, dessa forma, a conquista da experiência individual pela universalidade que impede a autorreflexão. Está presente o homem unidimensional como perda da singularidade e da pluralidade humana, de não objetivação que torna o indivíduo em sujeito, visto que essa objetivação se dá na consciência individual que seria, por sua vez, a própria consciência infeliz.

4. Possíveis modificações

O conceito de consciência feliz está situado em um contexto histórico específico e que reúne as reflexões que procuram entender a adesão a regimes totalitários e que situa o empenho da Teoria Crítica da Sociedade na primeira metade do século XX, mas também o momento de reconstrução alemã com o término do regime nazista. Desse modo, temos nas décadas de 50 e 60 a retomada conceitual da primeira geração da Escola de Frankfurt sobre novos paradigmas sociais e políticos, e logo, o questionamento do projeto de elaboração do passado como forma de riscá-lo da memória por meio de um esquecimento organizado. Nesse contexto, algumas questões ocupam o âmbito das discussões, por exemplo, a temática da culpa e da responsabilidade, sejam elas individuais ou coletivas.

A obra *Eros e Civilização* em 1955 representa um otimismo de Marcuse quanto às realizações da sociedade industrial avançada, retificado pelo seu prefácio Político de 1966 à segunda edição em que afirma ter “[negligenciado ou minimizado] o fato desse fundamento lógico obsoleto ter sido amplamente reforçado (se não substituído) por formas ainda mais eficientes de controle social” (MARCUSE, 1999, p. 13). Por sua vez, *Homem Unidimensional* de 1964 não é só o desenvolvimento do pensamento de Marcuse, como também é seu momento mais pessimista, ou diríamos, negativo. Enquanto patologia social, temos por um lado a introjeção da culpa como mecanismo de contenção do indivíduo, conforme está presente na perspectiva de má consciência e mesmo de consciência infeliz, e por outro, a consciência feliz como domínio de necessidade geral frente a qual não há culpa alguma.

O período posterior desses escritos não foi de entusiasmos ou de realizações humanas para o mundo como muitos imaginavam após o fim do regime nazista, e mesmo após o conhecimento sobre as atrocidades cometidas e a barbárie infligida ao humano. Os países da América Latina, por exemplo, enfrentaram sucessivos golpes

de Estado e a instauração de regimes de exceção, de ditaduras de segurança nacional, de terrorismo de Estado com prisões ilegais, torturas, assassinatos, sequestros e desaparecimentos de militantes e de seus familiares, inclusive de crianças que até hoje não se conhece o paradeiro. Enquanto regimes de exceção, tiveram seu fim em diferentes momentos, mas sobretudo nos anos de 1980-1990. Entretanto, o fim enquanto regime instaurado não significa que não continuem presentes ainda hoje em suas sociedades, sobretudo pela sua eficiência e capacidade de despolitização. Poderíamos dizer que chegaram ao fim, mas não sem antes, alcançarem alguns de seus objetivos, como o domínio do âmbito público por questões privadas, a naturalização de novas formas de controle social, o fechamento do universo público, a dessublimação repressiva, e o fechamento do universo do discurso.

Em analogia às preocupações e ao contexto histórico em que surge o conceito de consciência feliz, podemos utilizá-lo para compreender o atual apaziguamento e ou apatia da sociedade frente ao retorno de movimentos totalitários e da justificação da dor e do sofrimento infligido pelo Estado, bem como da retórica de culpa coletiva e de não responsabilidade com o passado como seus sintomas, ou seja, do conformismo e omissão com a realidade em face da dor e do sofrimento humano.

A morte de mais de 600 mil pessoas em decorrência das negligências na saúde pública brasileira e do obscurantismo que norteou as ações do governo no enfrentamento da Pandemia de COVID-19, ou ainda, as multidões que retornam à situação de pobreza no país, ou mesmo as milhares de pessoas que, sem ter outros recursos, estão a ocupar as ruas, praças e viadutos das cidades como sua moradia, parecem pouco modificar as escolhas ou mesmo a participação política de uma sociedade que encontra no consumo de bens supérfluos a sua realização, e que para manter seu poder de compra, pouco se questiona sobre suas opções e concepções, sobre a política. Assim, frente a dor e ao sofrimento humano, a consciência feliz pode ser entendida como uma camada estereotipada que se coloca entre os sujeitos e sua experiência com os outros e destes com o mundo, diagnóstico de um estranho bem-estar e pertencimento de homens e mulheres em uma realidade desumana e desumanizadora. A consciência feliz pode, portanto, ser pensada como patologia social que impossibilita a autonomia e a autorrealização nas relações de

reconhecimento, bem como de enfraquecimento das condições de resistência frente às novas experiências de desrespeito.

5. Considerações finais - prognósticos

A consciência feliz como patologia social situa o diagnóstico filosófico social e antropológico de Marcuse, que no âmago do empenho da Teoria Crítica da Sociedade procura não só compreender a ideologia da sociedade industrial, mas também questioná-la. Nesse sentido, é necessário um movimento dialético negativo, ou seja, ao apontar de forma diagnóstica a consciência feliz como falha ou falta, como não consciência por exemplo, está se definindo de certa forma o que seria certa normalidade e, nesse caso, a consciência infeliz. Então, a designação da consciência feliz como “uma atrofia dos órgãos mentais que impede a percepção de contradições e alternativas” pressupõe que, não atrofiados, os órgãos mentais são capazes de perceber as contradições e as alternativas. E nessa perspectiva está Honneth (2011, p. 114), para o qual a “patologia representa um desenvolvimento orgânico deficiente que deve ser desvelado ou determinado mediante o diagnóstico”.

A consciência feliz é, então, a “cura”, pela sociedade estabelecida, da insatisfação que permite o “descontentamento na civilização”, e é essa cura que a transforma em fonte de vigor e de coesão para a ordem social, a qual impossibilita a autorrealização e as relações de reconhecimento. Mas no diagnóstico de Marcuse há também o seu prognóstico, uma vez que identifica a consciência feliz como “uma delgada superfície sobre o temor, a decepção, o desgosto”, ou seja, de que há nas relações de desrespeito social uma infelicidade penetrante que torna essa identificação do indivíduo a totalidade bastante abalável. Mas é importante notar que o prognóstico não é pela cura dessa infelicidade, pelo contrário, pois “esta infelicidade se presta facilmente à mobilização política; sem lugar para o desenvolvimento consciente, ela se torna o reservatório instintivo para um novo estilo fascista de vida e morte” (MARCUSE, 2015, p. 101). A consciência deve ser infeliz, ou ao menos, deve ser infeliz enquanto o mundo que é for aquém daquilo que poderia vir a ser, e por isso a infelicidade permanece sempre um fator para a transformação pela política, bem como da luta pela vida.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADORNO, Theodor W. Dialética Negativa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2009.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização: livro oito. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- HEGEL, Georg W. F. Fenomenologia do Espírito. Petrópolis: Vozes; USF, 2002.
- HONNETH, Axel. La sociedad del desprecio. Madrid: Trotta, 2011.
- MARCUSE, Herbert. Eros e Civilização: Uma interpretação Filosófica do Pensamento de Freud. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- MARCUSE, Herbert. O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. 2002. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/consci%C3%Aancia/>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da Moral: Uma polêmica. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.